

Da dialética da natureza à ecologia anticapitalista*

LAURA LUEDY**

Em fins de 2018, assistimos a uma explosão da pauta ecológica tanto nas ruas, quanto na política institucional de alguns países.¹ O *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* da ONU lançou em outubro um alarmante relatório sobre o estado do aquecimento global (cf. IPCC, 2018). A atenção generalizada aos fatores antropogênicos de catástrofes ambientais seria reforçada no curso do ano de 2020 com a pandemia de COVID-19 e, sobretudo a partir do segundo semestre de 2021, com as constantes notícias da escalada de eventos naturais extremos ao redor do globo.² Nesse cenário, atores políticos de todos os espectros foram instados a se posicionar sobre o tema e a incorporar de maneira refletida em seus projetos uma versão de política ecológica. Os movimentos e instituições à esquerda que reivindicam alguma herança marxista têm se esforçado, em particular,

* Agradecimentos são devidos aos professores João Quartim de Moraes, Jesus Ranieri e Sávio Cavalcante, bem como aos colegas Hyury Pinheiro, Murillo van der Laan e Bruna Della Torre – seja por preciosas indicações para este artigo, seja pela crítica acurada de alguns de seus argumentos. Naturalmente, reservo a mim a responsabilidade pelas falhas e equívocos que o texto ainda apresente.

** Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH-Unicamp. E-mail: lauraluedy@gmail.com

1 Vide, por exemplo, os movimentos que precederam a massiva *Greve Global pelo Clima* entre os dias 20 e 27 de setembro de 2019 (Cf. Global Climate Strike, 2019) e o avanço das discussões sobre o *Green New Deal* no congresso estadunidense (Cf. Foster, 2019).

2 Isso ganhou impulso em grande medida graças à publicação pelo IPCC, em agosto de 2021, de uma sistematização das evidências a respeito disso produzidas pela ciência física do clima (Cf. IPCC, 2021).

por jogar luz sobre a relação incontornável que há entre o avanço dos circuitos do capital e o atual estado de risco ambiental e civilizacional (cf. Wallace et al., 2020).

Em consonância com essa tendência geral, a literatura marxista tem, nos últimos anos, dado renovada atenção ao tema da natureza. Dão mostra disso a crescente produção acadêmica que explora a relação entre ecologia e marxismo (cf. Malm, 2016; Burkett; Foster, 2016; Saito, 2017), bem como a publicação, em 2011 e 2019, de parte das anotações de Karl Marx sobre ciências naturais e sobre o cultivo da terra.³

Há novidades no enquadramento em que a questão da natureza é posta por essas publicações recentes, mas não se pode dizer que a reflexão sobre o tema haja sido, antes disso, estranha a essa tradição intelectual e política. A trajetória dos debates sobre natureza no marxismo é longa, complexa e, em grande medida, confunde-se com sua própria história.

Apresentamos um dos recortes possíveis desses debates, examinando como boa parte da discussão sobre natureza no marxismo foi marcada por posições divergentes a respeito da “dialética”. Sua associação à cognição (enquanto método/forma de cognição) e/ou ao objeto (enquanto realidade independente da cognição ou solidária dela) é algo que modulou muitas das reflexões sobre a natureza de fins do século XIX até os dias de hoje. Apresentados os resultados mais relevantes desse debate, argumentar-se-á, por fim, que um entendimento alternativo de dialética, já tematizado no marxismo, mas negligenciado nas discussões sobre natureza, poderia propiciar contribuições interessantes.

A natureza como objeto dialético independente da cognição

Um primeiro ponto de inflexão incontornável na trama que se tece em torno da questão da natureza no marxismo é o *Anti-Dühring* (1878), de Friedrich Engels. No prefácio à segunda edição dessa obra que conheceu expressiva divulgação, lê-se:

[...] na natureza se impõem, no labirinto das transformações sem número, as mesmas leis dialéticas do movimento que, também na história, dominam a aparente fortuidade dos acontecimentos; [...] essas leis foram desenvolvidas pela primeira vez por Hegel de modo mais completo, se bem que numa forma mística; e nosso esforço foi o de descascá-las [*herauszuschälen*] dessa sua forma e trazê-las à consciência em toda sua simplicidade e validade universal. [...] não se podia tratar, para mim, de impor as leis da dialética à natureza, mas sim de encontrá-las na natureza e de desenvolvê-las a partir dela. (Engels, [1885] 1975b, p.11-2)

3 Refiro-me especificamente ao volume 18 da seção IV da segunda edição da *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA²), que dá foco a notas e excertos feitos por Marx entre 1864 e 1868 sobre agricultura, e ao volume 26 da mesma seção, que reúne excertos e notas feitos por Marx em 1878 sobre geologia, mineralogia e química agrícola. (Cf. BBAW, 2021)

Para discernir de maneira precisa o que significa, nesse contexto, encontrar as “leis da dialética” “na natureza” e “desenvolvê-las a partir dela”, é preciso, antes, considerar a posição de Engels a respeito da relação entre conhecimento e objeto conhecido em geral. É notável que, por um lado, o autor afirme não poucas vezes no *Anti-Dühring* a impossibilidade de se alcançar, no âmbito do pensamento, um reflexo exato e final do mundo em todas as suas correlações (cf. Engels, [1877-8] 1975a, p.34-5). Por outro lado, há que se considerar que também faz parte do conjunto de teses que ele ali defende a ideia de que alguma convergência entre pensamento e mundo acontece “na sucessão – ao menos para nós praticamente sem fim – das gerações humanas”. Nisso se resolve a “contradição” entre, de um lado, o pensamento tal como ele realmente se dá “em seres humanos singulares” e “altamente restritos” pelo contexto histórico e pela constituição individual de seus corpos, e de outro, a “soberania” do “pensamento humano”, do “conhecer” universal (Engels, 1975a, p.80).

Contariam como resultados de um progresso desse tipo no pensar humano, para Engels, especialmente as últimas conclusões da ciência natural de sua época. Em sua “concepção materialista das coisas” cumpre papel central a tese científico-natural de que o pensamento é geneticamente filiado ao desenvolvimento físico do cérebro humano e, em última instância, às “correlações naturais” em geral (cf. ibidem, p.33-4). Tomando tal tese por base, Engels justifica sua proposição de que o “pensamento dialético” – ou “a assim chamada dialética *subjetiva*” – constitui “mero reflexo” da “dialética dita *objetiva*” que “domina toda a natureza”, (Engels, [1873-86] 2020, p.119).

De acordo com o esquema apresentado no *Anti-Dühring*, a natureza corresponde a um objeto que devém dialeticamente ele mesmo, anterior e independentemente de sua relação com o pensar (cf., p. ex., Kangal, 2020, p.106). Considerando a dialética da natureza a origem necessária da dialética como método do conhecer, Engels interpõe uma lacuna entre, de um lado, *forma dialética de cognição* e, de outro, *objeto dialético natural* – coisa que, nas décadas subsequentes, provocaria tanto ressonâncias elogiosas quanto críticas marcadas no contexto da intelectualidade marxista.

Historicamente, essas teses foram ecoadas de maneira relativamente fiel tanto por parte da *Segunda Internacional*, quanto por parte do marxismo soviético – e isso, a despeito das diferenças de entendimento que havia, nesses contextos, sobre a relação adequada entre ciência e filosofia (cf. Musse, 2017, p.151). A publicação, em 1925, de textos esparsos escritos por Engels entre 1873 e 1886 sob a rubrica de *Dialética da Natureza* certamente deu fôlego a essa linha interpretativa (cf. Joravsky, [1961] 2009, p.215).

A subscrição à noção engelsiana de dialética da natureza é reconhecível, por exemplo, nos trabalhos de Karl Kautsky, em que ele aponta a vigência de processos dialéticos para o nível da natureza orgânica, divergindo apenas muito sutilmente do cânone ao negá-los para a ordem do inorgânico (cf. Kautsky, 1927, p.128-30).

Similarmente, uma aproximação do tipo é patente em certos trechos dos escritos filosóficos de Vladimir Lênin, em que, para além de declarar que seu materialismo estaria “em pleno acordo com as ciências naturais”, pois “toma[ria] como primária a matéria e considera[ria] como secundários a consciência, o pensamento e a sensação” (Lênin, [1908] 1962, p.46), ele também menciona a “dialética [...] da própria natureza” (idem, 1962, p.125) ou o “reconhecimento [...] das tendências contraditórias, *mutuamente excludentes*, opostas de *todos* os fenômenos e processos da natureza” (Lênin, [1925] 1976, p.357, grifos no original).⁴

Por outro lado, exemplos de indiferença à posição de Engels, ou mesmo de rejeição parcial de sua posição, também puderam ser bem cedo encontrados. Não faziam qualquer aceno às teses do *Anti-Dühring*, por exemplo, nem a difusa atenção de Rosa Luxemburgo à natureza (cf. Luxemburg, 1922), nem as mais sistemáticas preocupações ecológicas do socialista britânico William Morris, que eram conhecidamente inspiradas nas reflexões feitas nesse sentido por Marx n’*O capital* (cf. Morris; Bax, [1886-8] 1994). Mesmo Paul Lafargue, tradutor da primeira edição de *Do socialismo utópico ao socialismo científico* (1880), guardaria distância da tese clássica da dialética da natureza frisando que compreendia o método marxiano fundamentalmente como uma interpretação histórica ligada à observação das transformações do mundo econômico (cf. Lafargue, [1903] 1907).

Similarmente, é bem conhecido que Antonio Labriola tampouco seguiria Engels de perto nessa questão. Embora tenha se destacado por defender o resgate do “método genético” ou “dialético” “inerente a todas as coisas” e embora tenha aderido à tese de que o pensamento é um “último produto” do “auto-movimento das coisas”, o filósofo italiano criticou abertamente a “mania” dos marxistas de “trazer para dentro do socialismo toda a ciência remanescente de que mais ou menos dispõem”, recusando, portanto, um dos fundamentos da posição engelsiana (Labriola, [1897] 1973; Cf. também Jacoby, 1981, p.45).

Num outro espectro ainda de posicionamento, figuras como August Bebel, Eduard Bernstein e Jean Jaurès, recusaram de maneira enfática a dialética como recurso epistemológico ou metodológico, embora tivessem, como Engels, apreço pela ciência a respeito da natureza e reconhecessem a importância de fatores naturais na formação daquilo que é de ordem humana e sócio-histórica (cf. Bebel, [1899] 1996; Bernstein, [1899] 1902; Jaurès, [1901] 2010).

A rejeição mais radical da tese engelsiana da dialética da natureza encontrou seus representantes mais expressivos, porém, sobretudo a partir dos anos 1920,

4 Não me detenho em ilustrações da adesão à tese da dialética da natureza por parte de figuras como Georgi Plekhanov, Nicolai Bukhárin ou Abram M. Deborin, pois isso foi intensamente explorado pela literatura especializada. Para uma boa exposição desse ponto, conferir Kangal (2020). Valerá mencionar, porém, que especialmente ao longo da década de 1920, foi expressiva entre os cientistas soviéticos a tendência de aderir formalmente ao materialismo dialético sem, no entanto, alterar fundamentalmente os procedimentos correntes de suas práticas científicas. (Cf. Joravsky, [1961] 2009, p.140-3, 168-9)

quando começa a se formar um campo marxista associado estreitamente às controvérsias suscitadas pela publicação, em 1923, de *História e consciência de classe*, por György Lukács, e de *Marxismo e filosofia*, por Karl Korsch (cf. Burns; Fraser, 2000, p.10-2; Musse, 2012).⁵

A natureza subordinada à dialética da sócio-história humana

Na mais afamada obra de juventude de Lukács se encontra uma clara defesa da posição de que o método dialético serve ao conhecimento adequado dos processos de ordem humana, social ou histórica. Ele declarou na ocasião que “o processo dialético deve ser visto como idêntico ao curso da história” (Lukács, [1923] 1977, p.334-5) ou, de uma maneira mais nuançada, que:

A dialética não foi, então, aqui [em meu esquema], nem importada para a história, nem interpretada à luz da história (como tão frequentemente é o caso em Hegel); antes, ela foi discernida e tornada consciente a partir da história enquanto sua forma de manifestação [*Erscheinungsform*] necessária em relação a esse nível determinado de desenvolvimento [i.e., em relação ao presente estado da sociedade burguesa]. (Lukács, 1977, p.362)

Por outro lado, quanto à questão da relação possível entre dialética e natureza, seu esquema oscila entre o veto explícito a qualquer correspondência, de um lado, e de outro, sugestões mais laterais que flexibilizam em alguma medida tal posição.

A noção de natureza é repetidamente caracterizada na obra como uma mera “categoria social” ou mero “reflexo e projeção teórica” do “meio social” (Lukács, 1977, p.123, 309, 410); ela é identificada, portanto, como algo completamente derivativo e subordinado ao social. Lê-se ainda que o conteúdo da noção de natureza seria particularmente avesso ao desvelamento do “cerne do ser [...] enquanto acontecimento social, [...] [enquanto] produto da atividade humana”, seja porque exclui de seu quadro o sujeito, seja porque se mostra mutável apenas dentro de certas barreiras definitivas (Lukács, 1977, p.192, 396).

Tudo isso concorre para que Lukács rechace, em certos momentos do texto, o recurso ao método dialético para dar conta da natureza. A seguinte passagem ilustra bem essa posição:

A restrição do método [dialético] à efetividade sócio-histórica é muito importante. Os problemas de entendimento caudatários da apresentação engelsiana da dialética se devem a que Engels – seguindo o exemplo errado de Hegel – estenda o método

5 Houve, antes, quem fizesse a crítica do materialismo dialético de Engels em termos bastante próximos aos destacados a seguir – p.ex. o polonês Stanislaw Brzozowski (Cf. Neto, 2014, p.21). A circulação de sua obra não é, no entanto, comparável em termos de expressividade ou divulgação com a de autores mencionados neste artigo.

dialético também para o conhecimento da natureza. Contudo, não estão presentes no conhecimento da natureza as determinações decisivas da dialética: ação recíproca de sujeito e objeto, unidade entre teoria e prática, mudança histórica do substrato das categoriais como fundamento de sua mudança no pensamento etc. (Lukács, 1977, p.175)

Lukács faz na mesma obra, entretanto, não só declarações que indicam a vigência de um certo tipo de dialética da natureza – algo como uma dialética contemplativa, incompleta (cf. Clark et al., 2010) – mas que também sugerem que ele suspende juízo a respeito da *possibilidade* de se superar, em algum momento histórico, a incompatibilidade entre a dialética propriamente dita e a natureza:

Hegel, ele mesmo, discerne com clareza, historicamente, que a dialética da natureza, onde o sujeito, *ao menos no estágio alcançado até agora*, não pode ser incluído no processo dialético, não está em condições de ser elevada a nada além de uma dialética do movimento para o observador desprendido. [...] Daí advém a necessidade da separação metódica entre a *dialética do movimento meramente objetiva, da natureza*, e a dialética social. (Lukács, 1977, p.190, grifos meus)

Seja em seu veto à aplicação da dialética à natureza, seja em posicionamentos alternativos, Lukács reatualiza, em *História e Consciência de Classe*, o mesmo intervalo entre forma de cognição e objeto que se reconheceu, antes, em Engels – se bem que o faça de uma maneira distinta, pondo acento, por um lado, sobre a correspondência entre dialética subjetiva e dialética objetiva no âmbito da sócio-história humana, e por outro, sobre o obstáculo na comunicação entre a dialética subjetiva (necessariamente humana e sócio-histórica) e o objeto natural (ou a dialética objetiva no âmbito na natureza, se consideramos aquelas suas indicações mais flexíveis).

Mais tarde, o autor se distanciaria de boa parte de tais proposições. No entanto, seriam justamente elas, tais como expressas na obra de 1923, as teses que encontrariam maior repercussão entre seus contemporâneos. Isso é visível a princípio em parte da produção marxista alemã e italiana, e um pouco mais tarde, em parte da produção marxista francesa e estadunidense.

Em trabalhos de autores como, por exemplo, Korsch, Ernst Bloch, Antonio Gramsci, Walter Benjamin, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Theodor Adorno, reencontram-se linhas de argumentação mais ou menos próximas à do jovem Lukács. Como ele, esses autores dariam ênfase à correlação estreita entre dialética e história, alguns frisando uma identificação processual entre ambas; outros, uma identificação em função não dos processos, mas das discontinuidades; a maioria deles apostaria também, como o jovem Lukács, numa compreensão da natureza em que sua relação incontornável com a sócio-história humana é pres-

suposta, sem tematizar de maneira frontal sua anterioridade ou independência com relação a essa sócio-história.⁶

Justamente no que diz respeito ao tema da dialética da natureza, porém, uma diferença fundamental com relação àquele legado distingue todo o conjunto de autores supracitado. Ao contrário do que alguns comentários recentes sugerem (cf., por exemplo, Foster, 2020, p.11-22), não reaparece nesse contexto uma rejeição muito marcada à ideia de dialética da natureza. O que seria de fato comum em parte desses autores é, por um lado, uma relativa indiferença ao assunto, e por outro, uma abordagem do tema de acordo com contornos peculiares e significativamente distintos daqueles em que Engels o pensou.

Benjamin, por exemplo, não põe a questão de maneira explícita em sua obra. Tampouco Korsch e Gramsci dedicam atenção especial ao assunto, embora, por outro lado, mencionem não se opor de maneira decisiva à ideia de uma dialética da natureza em função da impossibilidade de se apartar a natureza das ordens humana, consciente e histórica.

Para Korsch, é tão pouco problemático falar em uma dialética da natureza, quanto em uma dialética da história. O que o preocupa é tão somente a transferência unilateral da dialética para dentro da natureza ou da história como objetos, ignorando, assim, a relação de mediação específica que há entre, de um lado, a totalidade do ser histórico (inclusa, aí, a natureza) e, de outro, todas as formas predominantes da consciência (cf. Korsch, 2008, p.132-3). No caso de Gramsci, em nota aos *Cadernos de Cárcere*, ele trata explicitamente da questão da relação entre natureza e dialética, deixando patente a centralidade da história humana:

Parece que Lukács afirma que só se pode falar de dialética para a história dos homens [*uomini*] e não para a natureza. Pode estar errado e pode ter razão. Se sua afirmação pressupõe um dualismo entre a natureza e o homem, está errado, já que cai numa concepção da natureza própria da religião e da filosofia greco-cristã, bem como do idealismo, que não consegue unificar e relacionar o homem e a natureza mais do que verbalmente. Mas, se a história humana deve também ser concebida como história da natureza (também através da história da ciência), então como a dialética pode ser separada da natureza? Talvez Lukács, reagindo às teorias bar-

6 A notável exceção no que diz respeito a esse segundo ponto é Bloch, conforme se verá mais adiante neste artigo. Alguns autores conjecturam que a tendência por pensar a natureza a partir de sua relação incontornável com a ordem humana, social e histórica, pode ter sido influenciada diretamente por sinalizações de Lênin na *Terceira Internacional*, da qual Lukács e Korsch eram membros. A partir de 1914, Lênin retornara aos estudos da *Ciência da Lógica* (1812-6) de Hegel, frisando em algumas passagens de seus *Cadernos Filosóficos* (1929-30), a indissociabilidade entre natureza e o espiritual (ou o humano) (Cf. Anderson, 1992, p.83; Lênin, [1914-5] 2018, p.103-4). Isso, porém – é importante notá-lo –, não implica tornar a consideração do polo espiritual ou humano dominante sobre a do polo natural. Longe disso, Lênin seguiu se reportando, nesses escritos, não só ao “conhecimento da natureza pelo ser humano”, mas também ao “desenvolvimento natural” ou à “vitalidade natural”. (Lênin, 2018, p.114, 158, 165-6)

rocas do Ensaio popular [de Bukharin], tenha caído no erro oposto, numa espécie de idealismo. (Gramsci, [1929-35] 1999, p.167)

Em textos de outros autores o tema ganha maior vulto. Marcuse, por exemplo, nunca abandonou em sua produção intelectual a questão do tipo de relação que haveria entre natureza e dialética. Em um de seus primeiros textos, *Contribuições para uma fenomenologia do materialismo dialético* ele defendeu, por exemplo, que a “natureza [...] tem história” e que “na medida em que seu assunto ‘está na historicidade’, o âmbito natural também pode ser objeto da fenomenologia dialética” (Marcuse, [1928] 1969, p.22) – i.e., da correção da fenomenologia de acordo com o “método dialético” (Marcuse, 1969, p.4), algo que o autor então propunha. Ele frisou também que embora a natureza tenha história, ela “*não é história*” (grifos meus) – e que, portanto, ao lado daquela ciência natural dialética, “há também [...] uma física [ou ciência natural] matemática” que “trata seu objeto abstraído de toda historicidade e pode fazê-lo de maneira plena de sentido porque o ser natural não é histórico como ser que existe” (Marcuse, 1969, p.23).⁷

Adorno, por sua vez, dá relevo em seus trabalhos iniciais à proposta de explorar a correlação dialética que haveria entre os *conceitos* de “natureza” e “história”, os quais, segundo ele, emergem presentemente nas consciências graças à correlação que guardam com a “*Einmaligkeit*” (o caráter único, o caráter de ocorrer uma só vez) da “facticidade [...] concreta” (cf. Adorno, [1932] 1990, p.359, grifo no original).

Para garantir a preponderância do objeto na consideração filosófica e, então, se pôr em condições de formular uma crítica capaz de animar a ação no sentido da superação do atual estado das coisas, Adorno sustentaria que é fundamental que esses conceitos sejam mobilizados a partir de uma “prática interpretativa” (Cook, [2011] 2014, p.1), que evita considerá-los em separado ou, ao contrário, enquanto perfeitamente identificáveis um com o outro – mostrando, em vez disso, a peculiar relação dialética que há entre “natureza” e “história” (cf. Adorno, 1966, p.346-7; Adorno e Horkheimer, [1947] 1985, p.18, 24, 28-30; Cook, 2014, p.3).

Em *Die Idee der Naturgeschichte (A ideia da história natural)*, de 1932, lê-se, a esse respeito:

[...] o verdadeiro propósito do que quero dizer [aqui, neste texto] é suspender [*aufheben*] a costumeira antítese entre natureza e história; é, portanto, [mostrar] que em todo lugar em que eu opero com os conceitos de natureza e de história, não viso determinações essenciais válidas em última instância, mas sigo a intenção de

7 Nos anos subsequentes, Marcuse modula sua interpretação de maneiras distintas, complexas e bastante relevantes para a formulação do debate marxista sobre o tema. Não será possível apresentá-lo em detalhe neste artigo, porém.

conduzir esses conceitos ao ponto em que eles, em seu puro cair-fora-um-do-outro [*Auseinanderfallen*], são suspensos. (Adorno, [1932] 1990, p.345)

Seu projeto é elucidar, a partir do contraste recíproco dos conceitos de natureza e de história, não só o conteúdo desses conceitos, mas – mais fundamentalmente – a relação constitutiva entre a ordem conceitual e a ordem não conceitual da realidade (cf. Adorno, 1966, p.23-4). O argumento de Adorno seria, resumidamente, o seguinte: postos em relação de negação num procedimento sem termo (cf. Buck-Mors, 1977, p.187), os conceitos de “natureza” e de “história” são mostrados não apenas em sua determinação mútua, mas em sua profunda convergência (Adorno, 1966, p.350; Cf. também Adorno, 1990, p.359), portanto enquanto conceitos propriamente “materialistas”, avessos à mera posição de uma identidade entre sujeito e objeto que, em verdade, submeteria esse último ao primeiro (Cook, 2014, p.10).⁸

Tal projeto seguiria informando os trabalhos maduros do autor. A questão reaparece na *Dialética negativa* (1966):

A antítese convencional entre natureza e história é verdadeira e falsa – verdadeira, na medida em que expressa o que ocorreu ao momento natural; falsa, na medida em que repete apologeticamente o encobrimento da naturalidade [*Naturwüchsigkeit*] da história por meio dessa história mesma, graças à sua construção conceitual *a posteriori*. (Adorno, 1966, p.349)⁹

Desenha-se, portanto, nesse cenário, uma tendência a compreender a relação entre natureza e dialética enquanto submetida a um polo propriamente humano, social, histórico. Impulsionam esse direcionamento a um ponto extremo as abordagens que tenderam a dar foco ao tema tratando da natureza sobretudo como uma *categoria* – e especificamente, como uma *categoria de sentido derivativo e subordinado* ao de outras noções. É o que se depreende, por exemplo, das elaborações da famosa tese de Alfred Schmidt sobre o conceito de natureza na obra de Marx, publicada em 1962.

8 O conceito de história, por exemplo, posto em contraste com o de natureza, teria exposta sua não identidade com o progresso e com a totalidade sintética, bem como sua correlação necessária com algo substancial. Quanto ao conceito de natureza, posto em contraste com o de história, ele expõe seu caráter de atividade sempre qualitativamente nova, assim como sua não identidade com a essência ou com a verdade (Cf. Adorno, 1990, p.346, 354-5, 359-60; 1966, p.349-50; Adorno; Horkheimer, 1985, p.19-22, 27-30, 93, 208-9; Buck-Mors, 1977, p.54-6).

9 Safatle oferece uma reformulação elucidativa desse trecho: “Ou seja, a dicotomia entre natureza e história é verdadeira enquanto expressa o destino histórico da natureza, a saber, ser reduzida a espaço de experiências apartado da afirmação do humano e que, por isto, pode se submeter à distinção ontológica entre coisas e pessoas. Ela é falsa, no entanto, por impedir o desvelamento da história no seio da natureza, assim como da natureza enquanto eixo e motor da história” (Safatle, 2017, p.250).

Orientado por Adorno, Schmidt argumentou que no contexto da obra de Marx, a natureza seria, por um lado, uma categoria que guarda importância analítica própria, pois remete àquilo que tem prioridade genética sobre tudo o mais (cf. Schmidt, [1962, 1965] 1993, p.93). Por outro lado, ela só assumiria sentido na argumentação daquele autor, porém, quando posta em relação com noções que denotam a sócio-história. A categoria “natureza” representaria, para Marx, ora o imediato, ora o momento, ora a totalidade da práxis humana (cf. Schmidt, 1993, p.8, 19, 21, 74-92). Para afirmar o caráter radicalmente não autônomo da noção, o frankfurtiano chega a dizer, por exemplo, que “para Marx, não há nenhuma separação propriamente dita entre natureza e sociedade e, portanto, nenhuma diferença metodológica fundamental entre as ciências da natureza e as ciência da história” (Schmidt, 1993, p.43).

Quanto à relação possível entre dialética e natureza, seu posicionamento é particularmente categórico no seguinte trecho:

[...] só o processo do conhecimento da natureza pode ser dialético, não a natureza ela mesma. Por si, a natureza é desprovida de toda negatividade. Esta só vem à tona nela com o sujeito que trabalha. Só *entre* ser humano e natureza [, portanto,] é possível uma relação dialética. (Schmidt, 1993, p.205)

É evidente, então, que Schmidt se insere no *continuum* da herança intelectual que pensa a relação entre dialética e natureza necessariamente dentro do quadro da prática humana e sócio-histórica. Afora isso, é notável que o autor dê ênfase especial à realização dessa relação no âmbito específico da cognição. Nesse momento de sua produção intelectual, ele inclusive sugere que o tema da dialética da natureza teria sido reelaborado pelo Marx maduro em termos que diriam respeito mais precisamente à forma dialética de apresentação do conhecimento (cf. Schmidt, 1993, p.47-8). Esse ponto não é, porém, desenvolvido em detalhe por ele.¹⁰

De maneira relativamente simultânea à configuração dessa tendência, desenha-se ainda, nesse contexto, uma segunda linha de interpretação, na qual a natureza é tematizada sobretudo enquanto algo produtivo, que tem realidade e

10 Mais tarde, o próprio autor se afastaria da perspectiva apresentada em sua tese. Sobretudo depois de 1971 relativizaria seu argumento, apostando, a partir de então, no potencial intelectual e político de uma compreensão da natureza mais próxima à de Schelling e de uma relação prático-estética, pré-técnica, com a natureza – à maneira do que Feuerbach propusera valer entre os gregos antigos (Cf. Schmidt, 1993, p.XI-XII). Schmidt emite, no prefácio de 1993 à tese, o seguinte julgamento sobre seus trabalhos iniciais: nos anos 1960, ele mesmo tendera (de uma maneira que então já não lhe parecia bem equilibrada). a retirar o foco do “peso coisal” na correlação entre natureza e sociedade, e a frisar, em vez disso, sobretudo o caráter sócio-historicamente produzido do “mundo sensível” (Schmidt, 1993, p.X). Mais recentemente, suas preocupações ecológicas o levaram a se reposicionar e seu entendimento inicial da natureza em Marx passaria, então, a ser qualificado enquanto algo *subordinado* a uma perspectiva que privilegia a “dialética elementar da terra e o ser humano”, tal como seria evidente sobretudo nos textos de Engels (Cf. Schmidt, 1993).

sentido próprios. A princípio, essa segunda linha interpretativa parece diretamente oposta à primeira, mas, em verdade, ambas são perfeitamente compatíveis e convergem no reforço à tendência contemporânea de se entender a relação entre dialética e natureza principalmente em termos de uma *dialética entre natureza e sócio-história humana*.

A potência dialética da natureza volta à cena

É bem conhecido que Adorno, Horkheimer e Marcuse tiveram como *topos* recorrente de suas obras a denúncia da depreciação prática e representacional da natureza na Modernidade (cf. Anderson, [1976] 1979, p.81-2). Um importante pressuposto da adoção de tal postura crítica foi a atribuição à natureza, de um sentido fundamentalmente produtivo, ou, noutros termos, o reconhecimento da natureza como *natura naturans*, como causa, fundamento ou origem. No contexto do marxismo, isso foi pioneiramente explorado por Benjamin, por Bloch e pelo Lukács maduro.

Ao longo de toda sua vida produtiva, Benjamin aludiu a uma dimensão criadora e plena de sentido da natureza que, infelizmente, estaria sendo perdida historicamente graças ao fortalecimento da tecnocracia e das disposições sociais de dominação da natureza (cf. Benjamin, [1916] 1991a, p.140-1, 150, 157; [1927-40] 1991b; p.605). A título de exemplo, pode-se remeter à menção que ele faz, em um de seus textos tardios, à popularização de uma concepção do “trabalho” segundo a qual este “se resume à exploração da natureza”, em lugar de ser algo capaz de “solta[r] as rédeas das criações que dormem em seu seio” (Benjamin, [1940] 1991c, p.699).

Bloch, de sua parte, embora acreditasse na possibilidade de uma mobilização positiva e mesmo revolucionária da tecnologia e das ciências, denunciou bem cedo – tal como Benjamin – os agenciamentos modernos dos materiais, da ideologia e das práticas dessas instituições sociais como vetores da dominação da natureza e de sua transformação em algo “sem alma”, em algo meramente mecânico e quantitativo (cf. Bloch, [1910-29] 1985, p.68; [1918] 1971, p.69).

Essa tendência histórica se poria, segundo ele, em confronto direto com a produtividade própria à natureza – ou, nas palavras de Bloch, com a “imanência de núcleo e de agência da correlação natural” (Bloch, [1938-47, 1953-9] 1976, p.789). Essa produtividade seria, a seu ver, caudatária, em parte, da conformação recíproca da natureza com a sócio-história humana (ou, como Bloch diria alternativamente, da “mediação dialética” ou do “metabolismo” entre elas); em parte, de certa dimensão peculiar da natureza, que seria anterior à emergência da consciência e da sócio-história humanas e que corresponderia à fluidez e à abertura de uma “dialética objetivo-materialista” (Bloch, [1949] 1981, p.109), de uma “dialética da natureza” (Bloch, 1976, p.816; Cf. também Moir, 2019, p.69).

Retoma-se portanto, nesse contexto, a referência à originalidade da natureza e a uma dialética natural. À diferença da maioria dos autores aqui mencionados, Bloch se reaproxima consideravelmente da posição de Engels – embora, por outro

lado, tampouco deixasse de criticá-la, apontando que as proposições do clássico a esse respeito beiravam o mecanicismo e o quantitativismo (cf. Bloch, [1936-7, 1969-71] 1972, p.362).¹¹

É preciso reconhecer, de todo modo, que já entre os anos de 1925-6 – num texto que, no entanto, só seria publicado postumamente em 1996 – Lukács exprimiu uma posição a respeito da relação entre dialética e natureza em termos parecidos ao que se aponta nessa nova linha interpretativa. Ele declarou nessa ocasião:

Obviamente a sociedade surgiu da natureza. Obviamente a natureza e sua legalidade existiram antes da sociedade (e, portanto, antes do humano). Obviamente a dialética, enquanto princípio de desenvolvimento da sociedade, não poderia se tornar eficaz se ela já não o fosse e se já não estivesse presente objetivamente enquanto princípio de desenvolvimento da natureza antes da sociedade. Não se segue disso, porém, que o desenvolvimento social não seja uma forma de movimento nova, igualmente objetiva; que o desenvolvimento social não poderia produzir momentos dialéticos; ou que os momentos dialéticos no desenvolvimento natural puderam ser reconhecidos sem a mediação dessas novas formas dialéticas sociais. (Lukács, [1925-6] 1996, p.51)

A essa altura de suas elaborações, portanto, Lukács passara a identificar de maneira explícita a dialética como o princípio do desenvolvimento tanto da sociedade humana, quanto da natureza (entendidas como âmbitos distintos, mas fundamentalmente relacionados). Por um lado, a cognoscibilidade da dialética meramente objetiva que vige na natureza, dependeria das formas sociais da dialética. Por outro, a emergência da sociedade estaria, por sua vez, geneticamente atrelada ao metabolismo entre humano e natureza – e, em última instância, à consecução dos processos da dialética natural (cf. Lukács, [1968] 2018, p.313-4).

A ideia de que natureza e sociedade formam uma unidade diferenciada que se desenvolve no curso da história é conservada por Lukács entre os anos 1930-1960, mas só seria explorada de maneira mais direta em seu *Para uma ontologia do ser social* e nos *Prolegômenos* a essa obra, textos redigidos entre 1968-71 e publicados integralmente entre meados dos anos 1970-80. Nessa ocasião, o autor desenvolve e apresenta de maneira sistemática a tese da unidade diferenciada, apoiando-se numa apropriação crítica das ciências naturais e, como de praxe, do pensamento hegel-marxiano, para modular nos termos de um encadeamento dialético dos “diversos graus do ser” (Lukács, p.358).

Destacou-se, a princípio, como um de seus mais importantes continuadores, István Mészáros. Nos anos 1970, o autor declararia ser “fato autoevidente” que a mediação (ou mais precisamente, a automediação) do humano com a natureza é

¹¹ É acertado o diagnóstico de que “Bloch tentou reestruturar, antes que rejeitar, a dialética da natureza marxista” (Merquior, [1986] 2018, p.111, grifos meus).

condição ontologicamente necessária e *originária* com relação aos demais fatores de ordem histórica (Mészáros, [1970] 2006, p.78). Embora ele assim fizesse eco ao mestre quanto a valorizar a mediação natural em seu quadro explicativo, ele jamais se dedicaria à descrição de uma dialética natural tal como o Lukács maduro propusera, porém. No máximo, ele mencionaria, por exemplo, que há, de fato, uma “dialética objetiva do histórico e [do] trans-histórico” (Mészáros, [1995] 2002, p.589).¹²

Afora aproximar-se, assim, parcialmente da posição do Lukács maduro, Mészáros também repercutiu a tendência, reconhecida em Bloch e Benjamin, de frisar a relação entre capitalismo e a restrição dos produtos, das atividades e das potencialidades ainda não efetivadas da natureza. Em um de seus textos tardios, por exemplo, ele alia seu vocabulário marxista à linguagem dos movimentos ambientalistas da época e denunciaria que “a degradação crescente do meio ambiente” é resultado da condução da “relação metabólica” entre humano, tecnologia e natureza de acordo com uma “lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias” (Mészáros, [1995] 2002, p.18).

A aproximação do autor, nessa ocasião, com temas caros às lutas ambientalistas de sua época é sintomática de uma inflexão efetiva que receberam das discussões sobre natureza mais contemporâneas, associadas, a partir dos anos 1960, sobretudo à ascensão do moderno movimento ambientalista, bem como à radicalização anticapitalista de parte dele nos anos 1970 (cf. Pellows e Brehm, 2015; Burkett; Foster, 2016, p.2).

Dialética da ecologia

Multiplicaram-se a partir desse momento tanto as afirmações da afinidade entre crítica marxista e questões ecológicas (cf. Nearing, 1962; Marcuse, [1972] 1973; Tsuru, 1976; Gorz, 1991) quanto as denúncias de limitações fundamentais do marxismo no tema (cf. Merchant, 1980; Benton, 1989; Löwy, 1997; O'Connor, 1998; Bensaïd, 2002; Tanuro, 2012). Um comentário de Michael Löwy ilustra o espírito geral dessa literatura:

Não resta dúvida de que falta a Marx e Engels uma perspectiva ecológica de conjunto. Por outro lado, é impossível pensar em uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação do capital. (Löwy, 2014, p.36)

Fossem os autores, nesse contexto, mais otimistas ou pessimistas quanto ao que o marxismo oferecia à “teoria verde” (cf. Burkett; Foster, 2016, p.12), a interface

12 Para uma interessante passagem em que Mészáros menciona a “objetividade das determinações dialéticas” e faz referência à posição engelsiana que remete à dialética “não apenas na história [...], mas também na natureza”, Cf. Mészáros (1996 apud Silva, 2016, p.322). Devo ao texto de Quartim de Moraes (2020, p.59) essa indicação.

com as perspectivas teóricas e políticas do moderno movimento ambientalista se traduzia numa perda de espaço para reflexões explícitas sobre o tema tradicional da dialética da natureza (cf., p. ex., Sweezy, 1989). Essa breve interrupção perduraria até fins da década de 1990.

A partir de então, voltariam a galgar uma posição-chave no debate trabalhos que reabilitavam a discussão sobre a relação entre dialética e natureza e que defendiam haver uma dimensão ecológica central no projeto crítico do marxismo como um todo e nos escritos originais de Marx e de Engels em particular. São hoje, os maiores expoentes dessa “segunda fase do ecosocialismo” Paul Burkett, John Bellamy Foster e Kohei Saito, que localizaram nas obras de Marx a tese de que uma irremediável “ruptura [*rift*] metabólica” ou “ecológica” resultaria do funcionamento normal do capitalismo. Eles mobilizaram essa tese para interpretar a situação ecológica do presente (Burkett; Foster, 2016, p.4, 78, 85; Cf. também Luedy e Van der Laan, 2020, p.155).¹³

Burkett e Foster reconhecem explicitamente que seu entendimento a respeito da natureza é próximo ao de Engels (cf. Foster, 2017). Eles a consideram geneticamente anterior e logicamente independente do mundo humano, posição incontornável para qualquer “concepção materialista” (Burkett; Foster, 2016, p.79). Identificam-na, ainda, como uma “complexa *unidade na diferença*” (Burkett; Foster, 2016, p.64, grifos no original) dotada de “dialética imanente” (Burkett; Foster, 2016, p.202).

Sua diferença com relação a Engels se torna manifesta, porém, caso se note que, no corpo de seus textos, a dialética imanente é em geral identificada como “dialética entre humanos e natureza” (Burkett; Foster, 2016, p.85), mostrando a influência direta da obra de Mészáros sobre suas reflexões.

Quanto a Saito, a partir de uma pesquisa feita sobretudo com base em cadernos escritos por Marx de 1868 em diante, ele tem defendido a ambiciosa tese de que as perturbações de origem sócio-histórica na “interação metabólica” (Saito, 2016, p.2) ou na “dialética” (Saito, 2017, p.97) entre humanidade e natureza já contavam no esquema de Marx como a “contradição fundamental dentro do capitalismo” (Saito, 2016, p.2). Embora, à diferença de Foster e Burkett, ele não faça em seus textos referência a um “método dialético”, seu alinhamento a esses autores é patente, pois sua noção de dialética entre humanidade e natureza diz respeito não meramente a “categorias puramente formais”, mas à “*inter-relação entre formas econômicas e o mundo material concreto*” (ou mesmo simplesmente a “dimensões físicas e materiais”) (Saito, 2017, p.15, grifos no original).¹⁴

13 Para uma lista atualizada de pesquisadores que dão continuidade a esse projeto, cf. Wishart et al. (2020)

14 É preciso considerar, no entanto, que Saito declara guardar reservas quanto ao “materialismo grosseiro [...] que pretende explicar tudo no universo”, próprio daquilo que o autor chama de “marxismo tradicional” (Saito, 2017, p.9), e que ele rejeita expressamente a tese engelsiana da dialética da natureza a ele associada (Cf. Saito, 2017, p.7-8).

Desde meados da década de 2000, o cerne do argumento do conjunto de autores que compõe a “escola da ruptura metabólica” vem sendo duramente criticado por Jason W. Moore, que se lança como o proponente de um marxismo ecológico alternativo, baseado no que ele chamaria de “ontologia relacional” (Moore, 2014a, p.16). Sua tese é a de que a acumulação de capital acontece incessantemente através de dois processos complementares. De um lado, elementos que, em outras condições, poderiam contar como sendo de ordem “natural”, são, no contexto capitalista, tratados (tanto na prática, quanto na ordem das representações) como parte do circuito da valorização do capital. Exemplos poderiam ser encontrados, segundo ele, em tudo o que conta para esse sistema como *força de trabalho humana*. De outro lado, outros elementos seriam, ao contrário, “externalizados” desse mesmo circuito e tratados como “dons gratuitos da natureza”, entendida como algo que estaria fora da “sociedade”. Um exemplo nítido seriam as tarefas reprodutivas não pagas, assumidas ainda hoje predominantemente por mulheres e por trabalhadores oprimidos pelo racismo (Moore, 2011, p.11-2, 16-8; 2014b, p.249-51, 258-63; 2017, p.11, 19; 2018, p.242).

Ele frequentemente menciona as consequências de fatores como o desenvolvimento da cartografia, da botânica, da mecanização, da divisão social do trabalho etc. para a conformação histórica de uma certa natureza (humana e não humana) disponível ao circuito do capital (Moore, 2017, p.1, 11-20; 2018, p.237, 243, 253). Enfatiza, porém, que não se trata de sugerir que a natureza é completa e perfeitamente subsumida e subordinada à história, dizendo expressamente, em certas ocasiões, que “há uma ‘natureza’ que existe independentemente do que se pensa dela”, embora, por outro lado, frise também que, diante disso, “permanece o fato de que nosso melhor guia para a relação entre o significante (natureza) e o significado (o biofísico, o geológico etc.) é a teoria historicamente fundamentada” (Moore, 2011, p.22).

Do exposto é possível depreender que no debate recente travado pela ecologia marxista já não se repete aquela mesma falha entre forma e objeto dialéticos anteriormente localizada nos esquemas de Engels e do jovem Lukács. Seja no caso da “ecologia-mundo” de Moore, seja no caso da “escola da ruptura metabólica”, faz-se ainda uma referência dual à dialética como objeto e à dialética como forma, mas já não se apresenta como um argumento fundamental a ideia de que a gênese da dialética subjetiva esteja na dialética objetiva ou, inversamente, que a gênese da dialética objetiva esteja na dialética subjetiva. Defende-se que tanto a relação dialética entre natureza e sociedade, quanto a forma de cognição dialética (ou método dialético) repousam sobre um substrato objetivo “autoexistente” (Burkett; Foster, 2016, p.79): a saber, a natureza. Com isso, porém, *não se atrela essa questão genética à questão do caráter dialético da natureza, da sociedade ou da cognição*, e evita-se, assim, determinar se haveria ou não relação de precedência entre forma e objeto dialéticos.

A continuidade da circunscrição da dialética à sua relação com a forma da cognição e com o objeto possível ou efetivamente conhecido merece comentários.

A extensa e complexa trajetória da discussão feita de acordo com esse enquadramento da questão no contexto marxista desde fins do século XIX dá provas de que esse enquadramento é frutífero. Não se pode, porém, ignorar, por outro lado, que toda delimitação particular acena para um entorno excluído. Não é, portanto, despropositado levantar a hipótese de que a transposição desses limites possa vir a ser produtiva para o debate.

Expandir a discussão sobre natureza poderia significar, por exemplo, abrir mão de pensá-la em termos de sua relação com a dialética. Isso já é algo feito amiúde, sobretudo a partir do paradigma das ciências naturais – e tem servido de base à formação de uma perspectiva altamente relevante no presente momento histórico, marcado pela ascensão de movimentos políticos que aliam uma posição antiecológica ao negacionismo científico, sobretudo dentro dos espectros liberais, conservadores e neofascistas.

Há que se considerar, também, que se apresenta ainda outra alternativa que, até hoje, foi pouco explorada e que, ademais, é perfeitamente conciliável com a primeira: pensar a natureza a partir de um outro entendimento de dialética. Desde os anos 1960-1970, parte da literatura marxista tem interpretado a função da dialética no marxismo menos em termos de um elemento da descrição substancialista do objeto ou do processo do conhecimento, mais em termos de algo relativo ao modo de exposição do objeto conhecido (cf., por exemplo, Fulda, [1974] 2017; Theunissen, 1975; Backhaus, [1978] 1997; Heinrich, [1991] 1999; Reichelt, 2001; Elbe, 2012). Talvez a reflexão do marxismo contemporâneo sobre a natureza possa retomar esse direcionamento.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. *Negative Dialektik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1966.
- _____. Die Idee der Naturgeschichte. In: *Gesammelte Schriften*. v.1, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1990 [1932].
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento – fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 [1947].
- ANDERSON, Kevin. Lenin, Hegel and Western Marxism: From the 1920s to 1953. *Studies in Soviet Thought*, 44 (2), sep., p.79-129, 1992.
- ANDERSON, Perry. *Considerations on Western Marxism*. London/NewYork: Verso, 1979 [1976].
- BACKHAUS, Hans-Georg. Materialien zur Rekonstruktion der Marxschen Wert-theorie, Teil IV. In: *Dialektik der Wertform. Untersuchungen zur Marxschen Ökonomiekritik*. Freiburg: Ça ira Verlag, 1997 [1978].
- BBAW. *Marx-Engels-Gesamtausgabe. Vierte Abteilung: Exzerpte, Notizen und Marginalien*, 2021. Disponível em: <http://mega.bbaw.de/struktur/abteilung_iv>. Acesso em: 23 mar. 2021
- BEBEL, August. Die Darwinsche Theorie und der Sozialismus: Artikel in der “Neuen Zeit”. In: *INTERNATIONALES INSTITUT FÜR SOZIALGESCHICHTE* (Ed.). *Ausgewählte Reden und Schriften*, v. 10, München: K. G. Saur, p.721-8, 1996 [1899].

- BENJAMIN, Walter. Über sprache überhaupt und über die sprache des menschen. In: *Gesammelte Schriften*, v.2, p.1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, p.140-157, 1991a [1916].
- _____. Das Passagen Werk. In: *Gesammelte Schriften*, v. 5, p.1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991b [1927-40].
- _____. Über den Begriff der Geschichte. In: *Gesammelte Schriften*, v. 1, p.2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, p.691-705, 1991c [1940].
- BENSAÏD, Daniel. *Marx For Our Times*. London: Verso, 2002.
- BENTON, Ted. Marxism and Natural Limits. *New Left Review*, 178, p.51-86, 1989.
- BERNSTEIN, Eduard. *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*. Stuttgart: Dietz Nachf, 1902 [1899].
- BLOCH, Ernst. *Geist der Utopie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1971 [1918].
- _____. *Das Materialismus-problem, seine Geschichte und Substanz*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972 [1936-7, 1969-71].
- _____. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976 [1938-47, 1953-9].
- _____. *Subjekt-Objekt. Erläuterung zu Hegel*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981 [1949].
- _____. *Spuren*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft, 1985 [1910-29].
- BUCK-MORS, Susan. *The Origin of Negative Dialectics: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, and the Frankfurt Institute*. New York/ London: The Free Press, 1977.
- BURKETT, Paul; FOSTER, John Bellamy. *Marx and the Earth: an Anti-Critique*. Leiden/ Boston: Brill, 2016.
- BURNS, Tony; FRASER, Ian. Introduction: an historical survey of the Hegel-Marx connection. In: *The Hegel-Marx Connection*. London: Macmillan, p.1-33, 2000
- CLARK, Brett; FOSTER, John Bellamy; YORK, Richard. *The Ecological Rift: Capitalism's War on Earth*. New York: Monthly Review Press, 2010.
- COOK, Deborah. Adorno on Nature. London/ New York: Routledge, 2014 [2011].
- ENGELS, Friedrich. Hernn Eugen Dühring's Umwälzung der Wissenschaft. In: INSTITUT DER MARXISMUS-LENINISMUS BEIM ZD DER SED. (Ed.), *Karl Marx Friedrich Engels Werke*. v. 20, Berlin: Dietz, p.16-303, 1975a [1877-8].
- _____. Vorworte zu den drei Auflage. In: INSTITUT DER MARXISMUS-LENINISMUS BEIM ZD DER SED. (Ed.), *Karl Marx Friedrich Engels Werke*. v. 20, Berlin: Dietz, p.5-15, 1975b [1885].
- ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. São Paulo: Boitempo, 2020 [1873-86].
- ELBE, Ingo. Neue Marx Lektüre. *Information Philosophie*, 2, p.26-35, 2012.
- FOSTER, John Bellamy. *Marx's Ecology: Materialism and Nature*. New York: Monthly Review Press, 2000.
- _____. The Return to Engels. *Monthly Review*, 68 (10), p.1-7, 2017.
- _____. On fire this time. *Monthly Review*, v. 71, n. 6, nov. 2019.
- _____. *The return of nature. Socialism and ecology*. New York: Monthly Review Press, 2020.
- FULDA, Hans Friedrich. Tese para a dialética como método de exposição (no "Capital" de Marx). *Crítica Marxista*, n.45, p.109-116, 2017 [1974].
- Global Climate Strike. 7.6 million people demand action after week of Climate Strikes, 2019. Disponível em: <<https://globalclimatestrike.net/7-million-people-demand-action-after-week-of-climate-strikes/>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

- GORZ, André. *Capitalisme, Socialisme, Écologie*. Paris: Galilée, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, v.1: Introdução ao estudo da filosofia, A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999 [1929-35].
- HEINRICH, Michael. *Die Wissenschaft vom Wert. Die Marxsche Kritik der Politische Ökonomie zwischen wissenschaftlicher Revolution und klassischer Tradition*. Münster: Dampfboot Verlag, 1999 [1991].
- IPCC. *Global Warming of 1.5°C*. Geneva: IPCC, 2018. Disponível em: <https://report.ipcc.ch/sr15/pdf/sr15_spm_final.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.
- _____. Summary for Policymakers. In: *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021 Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_Full_Report.pdf>. Acesso em: 8 set. 2021
- JACOBY, Russel. *Dialectic of Defeat: Contours of Western Marxism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- JAURÉS, Jean. Introduction. In: *Socialist History of the French Revolution*, 2010 [1901]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/jaures/1901/history/introduction.htm>>. Acesso em: 17 set. 2021.
- JORAVSKY, David. *Soviet Marxism and Natural Science, 1917-1932*. London: Routledge, 2009 [1961].
- KANGAL, Kaan. *Friedrich Engels and the Dialectics of Nature*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.
- KAUTSKY, Karl. *Die materialistische Geschichtsauffassung, v. 1: Natur und Gesellschaft*. Berlin: Dietz Nachf., 1927.
- KORSCH, Karl. The Present State of the Problem of ‘Marxism and Philosophy’ – an Anti-critique. In: *Marxism and Philosophy*. New York: Monthly Review, p.98-144, 2008 [1930].
- LABRIOLA, Antonio. Discorrendo di socialismo e di filosofia. In: *Scritti filosofici e politici*. Editor, Franco Barbieri. Torino: Einaudi, sp, 1973. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/lb000829.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2019
- LAFARGUE, Paul. The historical method of Karl Marx. *Lafargue Internet Archive*, 1907 [1903]. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lafargue/1903/xx/histmeth.htm>>. Acesso em: 17 set. 2021.
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969 [1947].
- _____. *Dialectical materialism*. Minneapolis: First University of Minnesota Press, 2009 [1939].
- LÊNIN, Vladimir I. Materialism and empiriocriticism. In: *Collected Works*, v. 14, p.17-388. Moscow: Progress Publishers, 1962 [1908].
- _____. On the question of dialectics. In: *Collected Works*, v.38, p.353-363, Moscow: Progress Publishers, 1976 [1925].
- _____. *Cadernos filosóficos: Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2018 [1914-5].
- LÖWY, Michael. Por um marxismo crítico. *Lutas Sociais*, 3, p.21-30, 1997.
- _____. *O que é ecossocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.

- LUEDY, Laura; VANDER LAAN, Murillo. Dualismo cartesiano apocalíptico ou monismo social anti-ecológico? As disputas entre a escola da ruptura metabólica e a ecologia-mundo. *Crítica Marxista*, n.50, p.151-170, 2020.
- LUKÁCS, György. Geschichte und Klassenbewusstsein. In: *Georg Lukács Werke*. v. 2. Darmstadt/Neuwied: Luchterhand, p.161-518, 1977 [1923].
- _____. *Chvostismus und Dialektik*. Áron: Budapest, 1996 [1925-6].
- _____. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo: Boitempo, 2018 [1968].
- LUXEMBURG, Rosa. *Briefe aus Gefängnis*. Berlin: Jugendinternationale, 1922.
- MALM, Andreas. *Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming*. London; New York: Verso, 2016.
- MARCUSE, Herbert. *Contra-revolução e revolta*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1973 [1972].
- _____. Contributions to a Phenomenology of Historical Materialism. *Telos*, n.4, p.3-34, 1969 [1928].
- MERCHANT, Carolyn. *The Death of Nature*. New York: Harper and Row, 1980.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O marxismo ocidental*. São Paulo: É Realizações, 2018 [1986].
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002 [1995].
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006 [1970].
- MOIR, Cat. *Ernst Bloch's speculative materialism: ontology, epistemology, politics*. Leiden/Boston: Brill, 2019.
- MOORE, Jason W. The end of the road? Agricultural revolutions in the capitalist world-ecology, 1450-10), *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n.3, p.389-413, 2010.
- _____. Transcending the metabolic rift: a theory of crisis in the capitalist world ecology. *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n.1, p.1-46, 2011.
- _____. Toward a singular metabolism: epistemic rifts and environment making in the capitalist world-ecology. *New Geographies*, 06 (Grounding Metabolism), p.10-9, 2014a.
- _____. The value of everything? Work, capital, and historical nature in the capitalist world-ecology. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 37, n.3-4, World-ecological imaginations, p.245-92, 2014b.
- _____. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 44, n. 3, p.594-630, 2017.
- _____. The Capitalocene, Part II: Accumulation by Appropriation and the Centrality of Unpaid Work/Energy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 45, n.2, p.237-279, 2018.
- MORRIS, William; BAX, Ernest B. Socialism From the Root Up. In: SALMON, Nicholas (Ed.). *Political writings: contributions to Justice and Commonweal, 1883-1890*. Bristol: Thoemmes, p.497-622, 1994 [1886-8].
- MUSSE, Ricardo. A gênese do conceito de marxismo ocidental. *Blog da Boitempo*, 10 fev., sp., 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/02/10/a-genese-do-conceito-de-marxismo-ocidental-coluna-de-estreia-de-ricardo-musse/>>. Acesso em: 15 abr. 2020
- _____. Anti-Dühring na gênese do marxismo. *Crítica Marxista*, n.44, p.145-153, 2017.
- NEARING, Scott. World Events. *Monthly Review*, 14 (7), p.389-94, 1962.

- NETO, Pedro L. C. Crítica ao conceito de marxismo ocidental. *Crítica marxista*, n.38, p.9-28, 2014.
- O'CONNOR, James. *Natural Causes: Essays in Ecological Marxism*. New York: Guilford, 1998.
- PARSONS, Howard. (Ed.) *Marx and Engels on Ecology*. Westport: Greenwood, 1977.
- PELLOWS, David; BREHM, Hollie Nyseth. From the new ecological paradigm to total liberation: the emergence of a social movement frame. *Sociological Quarterly*, 56, Omaha, p.185-212, 2015.
- QUARTIM DE MORAES, João. O trabalho na dialética da natureza. *Crítica Marxista*, n.51, p.57-70, 2020.
- REICHEL, Helmut. *Zur logischen Struktur des Kapitalbegriffs bei Karl Marx*. Freiburg: ça ira, 2001.
- SAFATLE, Vladimir. Materialismo e dialéticas sem Aufhebung: Adorno, leitor de Marx; Marx, leitor de Hegel. *Veritas*, v. 62, n.1, p.226-256, jan.-abr. 2017.
- SAITO, Kohei. Marx's Ecological Notebooks. *Monthly Review*, 67 (9), p.25-42, 2016.
- _____. *Karl Marx's Ecosocialism. Capitalism, Nature, and the Unfinished Critique of Political Economy*. New York: Monthly Review Press, 2017.
- SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique (précédé de Question de Méthode), v. 1, Théorie des ensembles pratiques*. Paris: Gallimard, 1978 [1960].
- SCHMIDT, Alfred. *Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx*. Hamburg: Europäische Verlagsanstalt, 1993 [1962, 1965].
- SCHMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. *Das dialektische Verhältnis des Menschen zur Natur*. Freiburg/München: Karl Alber/Herder, 2018 [1984].
- SILVA, Romeu A. da. Tendências do marxismo: “ontologia do ser social” e anti-engelsismo. *Revista HISTEDBR On-Line*, v.16, n.69, 2017.
- SWEEZY, Paul. Capitalism and the Environment. *Monthly Review*, 41 (2), 1989, p.86-93.
- TANURO, Daniel. *L'impossible capitalisme vert*. Paris: La Découverte/Poche, 2012.
- THEUNISSEN, Michael. Krise der Macht. In: *Hegel-Jahrbuch*. Köln: Pahl-Rugenstein Verlag, p.318-329, 1975.
- TSURU, Shigeto. *Towards a New Political Economy*. Tokyo: Kodansha, 1976.
- WALLACE, Rob.; LIEBMAN, Alex.; CHAVES, Luis Fernando; WALLACE, Rodrick. COVID-19 and Circuits of Capital. *Monthly Review*, 71 (12), sp., 2020. Disponível em: *Monthly Review | COVID-19 and Circuits of Capital*. Acesso em: 23 mar. 2021.
- WISHART, Ryan; JONNA R. Jamil; Besek, Jordan. Metabolic Rift. A Selected Bibliography. *Monthly Review Online*, 2020. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/commentary/metabolic-rift/#>>. Acesso em: 1 nov. 2020.

Resumo

Este artigo apresenta as linhas gerais em que parte significativa das reflexões em torno do tema da natureza se fez no marxismo desde fins do século XIX. Dá-se foco, em especial, à controvérsia a respeito da relação adequada entre dialética e natureza, que conheceu diversos desdobramentos ao longo do séc. XX, alcançando, inclusive, as considerações mais recentes da ecologia marxista. Argumentar-se-á,

no curso da exposição, que esse debate contemplou diferentes concepções de natureza, embora haja sido dominado por uma acepção restrita de dialética, de acordo com a qual ela é associada primariamente à forma de cognição e ao objeto entendido como independente da cognição ou como solidário dela. Por fim, sugere-se que o debate seria enriquecido pela incorporação de outro entendimento de dialética, inspirado na literatura marxista que, a partir dos anos 1960, deu foco à dimensão do modo de exposição da análise.

Palavras-chave: natureza; dialética; ecologia; marxismo; exposição.

Abstract

This article presents the general lines in which a significant part of the Marxist reflections on nature has been carried out since the end of the 19th century. Focus is given, in particular, to the controversy regarding how dialectics should relate to nature – a subject that has been variously developed throughout the 20th century, leaving marks in the most recent considerations of Marxist ecology. It will be argued that this debate contemplated different conceptions of nature, despite being dominated by a restricted meaning of dialectics (which was primarily associated, in that context, with the form of cognition and with the object, considered independently of, or in relation to, cognition). Finally, it is suggested that the debate could benefit from incorporating an alternative understanding of dialectics, inspired by Marxist literature that, from the 1960s onwards, focused on the dimension of the mode of exposition of the analysis.

Keywords: nature; dialectics; ecology; marxism; exposition.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

O fascismo e o Estado

Armando Boito Jr.

Marx depois da MEGA2

Marcello Musto

Nova leitura de Marx

Jan Hoff

Marx, o marxismo e o comunismo

W. E. B. Du Bois

A Viena vermelha

Michael R. Krätke

53